



CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROJETO DE LEI PMC Nº 077, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025.

AUTORIA: PREFEITO MUNICIPAL

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL,

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS, E

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E TURISMO

PARECER CONJUNTO

Registramos que a emissão do Parecer será utilizada linguagem lacônica, de modo a favorecer o entendimento e efetivar os princípios jurídicos da eficiência e celeridade no serviço público, limitando nossas manifestações aos aspectos mais relevantes do tema, sem, contudo, deixar de abordar todas as nuances necessárias.

A propos e de autoria do Prefeito Municipal, que **Altera a Lei nº 6.444/2023, que dispõe sobre a forma de Amortização do Déficit Técnico Atuarial para Obtenção do Equilíbrio Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Cariacica.**

A norma em destaque veio a estas Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final, a Comissão de Finanças e Orçamentos e a Comissão de Educação, saúde e Turismo em conformidade com os artigos 75, 76 e 81 da Resolução 378/91 desta augusta Casa de Leis, para cada qual analisar os aspectos que são de sua competência, no que tange ao mérito e da legalidade da proposta em destaque.

No escopo do Designio, o autor deslumbra que tem por finalidade atualizar o plano de custeio do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, de forma a adequá-lo às conclusões do Relatório da Avaliação Atuarial com a Reforma Previdenciária Municipal, elaborado com base nas normas gerais de previdência e na legislação municipal aplicável (Emenda à Lei Orgânica nº 32/2025 e Lei Complementar nº 160/2025), o qual acompanha o presente Projeto de Lei como documento instrutório.

No que tange a tramitação da norma em destaque, é vultuoso salientar que encontra mérito e fundamentação legal no artigo 53, inciso I, II, III, IV e V da Lei Orgânica Municipal, que assim se encontram elencados;

Art. 53 – Compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal a iniciativa das leis que versem sobre (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 29/2024);

**I – criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e indireta; (Redação dada pela Emenda a Lei Orgânica nº 29/2024);**

**II – fixação ou modificação do vencimento ou subsídio de seus servidores; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 29/2024);**



Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 330037003500310034003A00540052004100, Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**III – regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores;**

**IV – organização administrativa, serviços públicos e pessoal da administração. (Redação dada pela Emenda a Lei Orgânica nº 12/2008);**

**V – criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública municipal.**

No mesmo Diploma Legal, é importante destacar o artigo 90, inciso IV e XII, que forma eficaz, sustenta a nome em questão:

Art. 90 – Ao Prefeito compete, privativamente:

**IV – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;**

**XIII – decidir sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei...**

Continuando, do ponto de vista da juridicidade, a matéria encontra respaldo no ordenamento jurídico vigente, não havendo afronta a preceitos constitucionais ou legais. No que tange sobre a análise jurídica, o Projeto de Lei em referência atende aos requisitos regimentais, sobretudo quanto aos aspectos de formatação e motivação mínimos, necessários ao seu acolhimento.

Além disso, não existem vícios de iniciativa, estando consubstanciado o interesse local que legitima a atuação legislativa própria do ente municipal, sendo cabível, neste caso, a deflagração do processo legislativo a partir da votação dos Vereadores, os quais detêm competência legislativa própria e residual.

Por fim, e sendo prerrogativa privativa do Executivo Municipal em elaborar leis deste quilate e encaminhar a este Legislativo para análise, estas Comissões devidamente reunidas como determina a Resolução 378/91 desta augusta Casa de Leis, e após debates e considerações, **opinam pela constitucionalidade**, entendendo assim não haver qualquer impeditivo legal, sobejando ao veredito final, ao Douto Plenário desta Colenda Casa Legislativa.

É o Parecer

Plenário Vicente Santorio, 09 de dezembro de 2025.

ROMILDO ALVES  
RELATOR C.L.J.R.F.

MAURO DURVAL  
RELATOR C.E.S.T.

RENATO MACHADO  
RELATOR C.F.O.



Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 330037003500310034003A00540052004100, Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Na forma do artigo 91, §2º do Regimento Interno desta Colenda Casa Legislativa, após suas assinaturas os Presidentes e Secretários concordando com os respectivos Relatores.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

VEREADOR LEO DO IAPI  
PRESIDENTE C.L.J.R.F.

  
CLEIDIMAR ALEMÃO  
SECRETÁRIO C.L.J.R.F.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

PAULO FOTO  
PRESIDENTE C.F.O.

  
VEREADOR LEI  
SECRETÁRIO C.F.O.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E TURISMO

DR. FERNANDO SANTÓRIO  
PRESIDENTE C.E.S.T.

  
JADES AMORIM  
SECRETÁRIO AD HOC. C.E.S.T.